



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

## ATA DE REUNIÃO

### REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DO SISTEMA PJE

#### Informações Gerais

Data: 28/ 05/ 2015

Horário: 16:00

Local: sala de reuniões da Diretoria Geral – Edifício Sede (Torre Sul) – 4º andar

#### Participantes:

Nome	Cargo/Área
Dr. Fábio Prieto de Souza	Desembargador Federal Presidente
Dra. Cecilia Mello	Desembargadora Federal
Dr. Paulo Fontes	Desembargador Federal
Dra. Ana Lucia Iucker	Juíza Federal
Dra. Janice Ascari	Procuradora Regional da República - MPF
Dr. Rodrigo Kahn	Procurador Federal - PRF
Dr. André Zacari	Procurador Federal - PRF
Dr. Fernando de Souza Carvalho	Defensor Público - DPU
Dr. Lucas Fonseca e Melo	Procurador Federal - PRFN
Dra. Juliana Furtado Costa	Procuradora Federal - PRFN

Dr. Arystóbulo de Freitas	Advogado - OAB/SP
Gilberto de Almeida Nunes	Diretor Geral - DIRG
David Panessa Baccelli	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação - AGES
Jader Carlos Videira	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI
Valdir Jeronymo Claro	Diretor da Secretaria Judiciária - SEJU
Marta Fernandes Marinho Curia	Assessora da Escola de Magistrados - EMAG
Cristiane Junko Kussumoto	Diretora da 3ª Vara de São Bernardo do Campo
Leonardo dos Santos Carvalho	Conselho da Justiça Federal - CJF

**Ausências Justificadas:** Dr. Márcio Satalino - Juiz Federal  
Dra. Catheriny Baccaro - PRFN

**Pauta:**

**1 – Instalação do Comitê Gestor do Sistema PJe na Terceira Região.**

Ressaltada a atribuição prevista no inciso V do artigo 2º da Portaria PRES nº 7489/2014, consistente em ser o comitê gestor o avaliador das demandas de melhorias e demais necessidades que surgirem no sistema PJe, devendo aprová-las para que possam ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça.

**2 – Informações sobre o atual estágio de implantação do sistema.**

Implantação definida para os feitos de Mandado de Segurança em 1º grau, nas duas varas de competência mista da Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo, com competência recursal nas turmas da 1ª Seção do Tribunal e feitos originários nas respectivas turmas e seção com a mesma matéria.

Detalhamento das próximas atividades:

Semanas de 25-29 de maio e 01-03 de junho

- Configuração do sistema à realidade da Justiça Federal da Terceira Região,
- Parametrização das procuradorias, das classes de ações e assuntos, de acordo com a tabela unificada do Conselho Nacional de Justiça.

## Semana de 15-19 de junho

- Revisão dos Fluxos Processuais: Objetivando adequar o fluxo construído em abril/maio de 2014 à realidade dos procedimentos eletrônicos, diminuindo a quantidade de eventuais tarefas burocráticas existentes no processamento físico.

### **2.1 – Versão de configuração da Justiça Federal (1.7.1.3)**

### **2.2 – Versão de implementação do sistema (1.7.2)**

### **2.3 – Forma de Homologação**

A configuração do sistema será feita na versão 1.7.1.3, considerada estável pelo Conselho Nacional de Justiça. Há demandas pendentes por parte do CNJ que serão atendidas na versão 1.7.2. Entretanto, as referidas demandas não impactam a implantação, mas a expansão do sistema. Assim, ainda que o projeto se baseie na implantação com a versão 1.7.2, não há objeção em fazê-la na versão estável 1.7.1.3.

Ainda que sejam ministrados cursos tanto para usuários internos quanto para usuários externos, haverá a possibilidade de, após a configuração, propiciar a representantes dos órgãos externos que visualizem e utilizem o sistema para que possam começar a se ambientar.

## **3 – Necessidade de Certificação Digital**

Reforço quanto à obrigatoriedade de certificação digital pelos usuários do sistema PJe, inclusive autoridades coatoras dos mandados de segurança.

Definição de reforçar a campanha tanto para os advogados, defensores e procuradores quanto para as eventuais autoridades impetradas, no sentido de obter a certificação digital.

## **4 – Outros assuntos.**

Solicitação de fornecimento da chave de acesso ao "WS OAB", para acesso ao cadastro de advogados da OAB ao seu representante no comitê gestor, Dr. Arystóbulo. Esta chave de acesso é um código eletrônico fornecido pelo Conselho Federal da OAB para conexão ao seu *webservice*.

Necessidade de realizar campanha informativa dos requisitos básicos dos microcomputadores para acesso ao sistema PJe.

## **5- Próxima reunião: 25.06.2015, às 16:00.**



Documento assinado eletronicamente por **David Panessa Baccelli, Assessor de Gestão de Sistemas de Informação**, em 13/07/2018, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código  
verificador **1128934** e o código CRC **3538293F**.

---